



A ‘batalha pela educação’ durante o processo de libertação de Angola (1961-1975)¹

Giselda Brito²

Rodrigo Castro Rezende³

RESUMO

Este trabalho trata das reformas do sistema de ensino colonial, durante o processo de libertação de Angola, entre 1961 e 1975, sob a perspectiva colonialista. Ao longo do texto procuramos abordar como o sistema de ensino foi objeto de reformas da política educativa do Estado Novo, visando estrategicamente ganhar a simpatia da população para o projeto civilizatório português em Angola, pelo campo da educação. Além da busca de apoio da população angolana, as reformas visavam ganhar aprovação da comunidade internacional para seu projeto de colonialismo, diante da pressão e críticas que faziam ao colonialismo português em África. Para isso, analisamos duas obras clássicas que se preocuparam especificamente em destacar as reformas deste período, registrando-as como se Angola não estivesse sob a violência da guerra portuguesa contra as lutas de libertação. Uma, propagando as reformas como promotoras de “trincheiras de paz em clima de guerra”; outra tratando do sistema de ensino em perspectiva evolutiva, reafirmando que as reformas evidenciavam como “o desenvolvimento de Angola foi enorme nestes anos de guerra”. Paralelamente, os líderes do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) também foram implantando escolas nos espaços recuperados do domínio colonial, investindo na alfabetização e na formação da consciência nacional para o processo de libertação. Os discursos promotores do sucesso na educação colonial, contudo, ignoraram a implantação do ensino anticolonial que também se desenvolvia preparando Angola para a libertação.

Palavras-chave: Colonialismo, Educação, Lutas de Libertação, Angola.

¹ O presente texto é resultado de leituras e pesquisas desenvolvidas em Estágio Pós Doutoral na Universidade Agostinho Neto, com apoio de Bolsa PDE-CNPq, e em parceria com outro colega também em Estágio Pós Doutoral no Brasil, ambos enfocando a História Política e do Ensino em Angola.

² Giselda Brito Silva é Docente da Graduação e da Pós-Graduação do Departamento de História da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco). Líder do Grupo de Pesquisa Cultura Política entre Brasil, Portugal e África: colonialismo, pós-colonialismo e ditaduras (Sécs. XIX-XX) e pesquisadora dos Grupos: Makasi: Centro de Estudos da África Centro-Occidental e da região dos Grandes Lagos e Afrika'70: Laboratório de História da África contemporânea. E-mail: giselda.brito@gmail.com.

³ Rodrigo Castro Rezende é Docente da Graduação da UFF (Universidade Federal Fluminense). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Makasi: Centro de Estudos da África Centro-Occidental e da região dos Grandes Lagos”. E-mail: rcrezende@id.uff.br.



Considerações Iniciais

Até o começo da década de 1960, o sistema de ensino colonial português em Angola recebia muitas críticas pela sua precariedade e lacunas de instituições e pessoal, sob uma política educativa excludente que não atendia à população local. Com a eclosão dos conflitos decorrentes da luta de libertação, aqueles que estavam à frente do Movimento Pela Libertação de Angola (doravante MPLA) produziram documentos e divulgaram os problemas do analfabetismo e obscurantismo devido à precária atuação do sistema de ensino colonial. Por meio dos “Estatutos, Programa e Regulamento Geral Interno do MPLA”, na seção “Desenvolvimento da Instrução, da Cultura e da Educação” do Programa, defendiam a “liquidação da cultura e da educação colonialista e imperialistas. Reforma do ensino em vigor. Desenvolvimento da instrução, da cultura e da educação ao serviço da libertação e do progresso pacífico do povo angolano”.⁴

O “Combate ao Analfabetismo” era uma das bandeiras do anticolonialismo, pois dentro e fora de Angola se criticava o sistema de ensino excludente em relação à população angolana devido às reduzidas possibilidades de ascensão social criadas pelo Estatuto do Indigenato (1926-1961). Esse empecilho dificultava o alcance à categoria de assimilados, dado que era condição saber ler e escrever em português. Whashington Santos do Nascimento registra que o número de assimilados era ínfimo até a eclosão dos conflitos, haja vista que funcionava muito mais como uma linha divisória entre uma massa africana considerada inferior e a suposta superioridade do europeu. Assim, restava aos poucos assimilados uma aproximação do branco e, com isso, aprofundavam-se as clivagens sociais e os conflitos de caráter racial.⁵

Além do MPLA, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) lançaram documentos com críticas ao sistema de ensino colonial, apontando os altos índices de exclusão da população produzidos por esse sistema, bem como os índices alarmantes de

⁴ Cf. “Estatutos do MPLA, Programa (MPLA) e Regulamento Geral Interno (MPLA)”, 1960 [Data estimada]. Arquivo Lúcio Lara. Cf. <https://tchiweka.org/documento-textual/0016000055> [acesso em 19.11.2024].

⁵ NASCIMENTO, Washington Santos. *Gentes do Mato: os ‘novos assimilados’ em Luanda (1926-1961)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, USP, 2013. pp. 18-19.



analfabetismo.⁶ Em 1968, Rui de Sá (Dibala), do Congo-Brazzaville, reconhecia que o sistema colonial mantinha a população dependente de seu sistema pelo campo da educação, ainda que precário, com promessas de “assimilação”. Segundo ele, era preciso atuar pelo campo da educação, dado que “a luta armada está ganhando à sua causa grandes massas populacionais, numa velocidade realmente entusiasta; mas, a maioria da massa do Povo, devido a séculos de obscurantismo colonial encontrava-se numa situação de atraso e ignorância”.⁷

O sistema educacional destinado à população local configurou-se como um dos instrumentos estratégicos do colonialismo português, marcado por seletividade, precariedade estrutural e restrição de recursos, de modo a sustentar a reprodução de uma sociedade hierarquizada e desigual. Nesse contexto, o Estatuto do Indigenato atuava mais como um mecanismo de limitação ao acesso à educação do que como um meio de promoção da cidadania, restringindo inclusive os direitos atribuídos ao estatuto de assimilado. De forma amplamente reconhecida, a precariedade desse sistema não era apenas um efeito colateral, mas resultado de uma política indigenista deliberadamente mantida pelo regime colonial.⁸

Com a deflagração das lutas de libertação no começo de 1960, o sistema de ensino ganhou uma nova dimensão dentro da política colonial portuguesa, tornando-se uma das suas principais preocupações, ao lado da ação policial e militar, para controlar os conflitos em Angola. Em 1961, com a preparação do regime para a reação às lutas e revoltas internas, Oliveira Salazar fez um pronunciamento à nação convocando todos os setores para manutenção e integridade do denominado Império Ultramarino, através da frase: “Andar rapidamente e em força! [...] como um só dia pode poupar sacrifícios e vidas, é necessário não desperdiçar desse dia uma só hora para que Portugal faça todo o esforço que lhe é exigido a fim de defender Angola e

⁶ Cf. “UNITA abre escolas para combater o analfabetismo”. *Jornal “O comércio”, impresso*. 24 de março de 1975. Cf. <https://tchiweka.org/imprensa/0572002069> [acesso 20.11.2024].

⁷ Cf. “Tarefas imediatas nos aspectos político, militar e social – estratégias político-militar”. 1ª Assembleia Regional das 1ª e 2ª regiões, 22 a 25.fev.1968. Cf. <https://tchiweka.org/documento-textual/0101000015> [acesso, 11.11.2024].

⁸ TJIPIICA, Palmira Vicente José. *O Estatuto do Indigenato: discriminação e assimilação nas colônias portuguesas da África continental (1875-1975)*. Coleção: Biblioteca da História. Editora Mayamba, 2022.



com ela a integridade da Nação”.⁹ O sistema de ensino colonial foi um dos campos ajustados pelo regime para barrar a evolução dos movimentos de libertação, aumentando os investimentos no setor e promovendo determinadas personalidades a cargos de direção das reformas que chamasse a atenção da população, a exemplo de José Pinheiro da Silva e um outro aliado, Martins dos Santos, conforme veremos ao longo deste trabalho.

Num trecho do despacho do Ministro de Defesa Nacional, Manuel Gomes de Araújo, denominado “Contra-subversão em Angola”, observa-se que a meta era “investir na força militar, mas não descuidar dos diversos serviços [que] se concentravam na população”¹⁰. Ao longo do despacho fica evidente que apenas a força militar não resolveria a situação, sendo preciso mobilizar as áreas de atuação junto à população de forma urgente numa “contra-subversão na ‘Província de Angola’”,¹¹ de modo a alcançar uma mais estreita coordenação e convergência das ações a desenvolver pelos governos e serviços provinciais”:

O estado de subversão, em qualquer das suas formas, desde as mais simples (conquistas dos espíritos) à mais evoluída (guerra de guerrilhas) [...] o reconhecimento da existência de um estado de subversão implica assim a necessidade de que todos os esforços da administração sejam canalizados no sentido de mais rápido restabelecimento da ordem, nos espíritos ou nas ruas, e na conquista da confiança e da adesão das populações [...]. Porque as preocupações e actividades dos diversos serviços se concentram na população, é indispensável que à contra subversão seja garantida a unidade de acção que a preserve contra falhas, contradições ou sobreposições e lhe garanta a todos os níveis e em todos os campos identidade de conceitos, oportunidade de actuação e forma adequada [secreto].¹²

⁹ SALAZAR, Oliveira. “A explicação para o facto de *Eu* assumir a pasta da Defesa Nacional pode concretizar-se numa palavra e essa é ANGOLA”. *Jornal O Século*, 14 de abril de 1961.

¹⁰ DESPACHO. “Contra-subversão em Angola”. General Manuel Gomes de Araújo. 1967. Lisboa, Arquivo Oliveira Salazar (AOS) – Torre do Tombo - Cf. [PT-TT-AOS-D-N-002-0028-00005](#), acesso em 07.11.2024].

¹¹ O termo “Província” designou Angola a partir de 1951 até a independência, quando as colônias passaram a ser integradas como território ultramarino de Portugal.

¹² DESPACHO. “Contra-subversão em Angola”. General Manuel Gomes de Araújo. 1967. Lisboa, Arquivo Oliveira Salazar (AOS) – Torre do Tombo - Cf. [PT-TT-AOS-D-N-002-0028-00005](#), acesso em 07.11.2024].



Desta forma, desde o início dos conflitos, o regime salazarista procurou articular a ação militar a determinadas reformas legais como estratégia para combater os movimentos de libertação. Entretanto, tais medidas se mostraram insuficientes, uma vez que muitas das modificações implementadas não representavam avanços concretos para a maioria da população, que já não acreditava no projeto colonialista. Ademais, no campo educacional, em particular, as reformas mantiveram o privilégio de brancos e assimilados, perpetuando a exclusão da população que, apesar do fim da Lei do Indigenato, continuou sendo chamada pejorativamente de *indígena*. Para essa população os investimentos ficaram concentrados no ensino primário, como veremos adiante.

Em 8 de setembro de 1961, por exemplo, foram introduzidas novas reformas, abolindo-se a Lei do Indigenato, o Estatuto de 1954, justificando-se o “fim das disparidades legais dos direitos políticos entre as pessoas de condição indígena e as outras”¹³. Propagava-se que o fim do Estatuto do Indigenato traria muitas mudanças para Angola, inclusive no campo da educação, com o objetivo de garantir a manutenção da unidade nacional portuguesa com a integração dos domínios do ultramar¹⁴. Apesar de medidas pontuais, como a criação de novas escolas, a abertura de vagas e a contratação de docentes para o ensino primário, a realidade social da população permaneceu praticamente inalterada. Enquanto parte dela se engajava nas lutas de libertação, outra já demonstrava descrédito diante das reiteradas promessas do regime colonial. Nesse sentido, a intensa propaganda em torno da suposta ampliação do acesso ao ensino primário funcionava mais como instrumento de legitimação política do colonialismo do que como política efetiva de inclusão educacional.

¹³ Cf. “Processo de Informação SR II – Do Movimento pela Defesa dos Interesses de Angola (MDIA)”. PIDE Torre do Tombo / Doc. [PT-TT-PIDE-D-A-003-26261](#) p.12.

¹⁴ O Decreto n. 45.908, de 10 de setembro de 1964 marca uma nova reforma do ensino primário elementar sob desígnios de uma rápida cobertura escolar nas províncias com a preocupação de reorganizar uma unidade educativa no espaço português. Cf. GOMES, Catarina Antunes. “O mito da portugalidade no ensino colonial: a história e a razão metonímica”. *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, 4 (8), 2014. p.127. Cf. https://journals.openedition.org/mulemba/263_p.3 [acesso 23.11.2024].



Paralelamente à promulgação de novos regulamentos, que em essência pouco alteraram a condição das populações locais, instaurou-se um ambiente de intensificação do controle político e da repressão. A administração colonial reforçou o aparato coercitivo, recorrendo sistematicamente à violência contra aqueles considerados suspeitos de manter vínculos ou simpatias pelos movimentos de libertação, com o objetivo de conter possíveis adesões e enfraquecer a mobilização social. Observando a documentação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), de controle e repressão no setor da educação, é possível encontrar vários processos sobre missionários, professores e de estudantes nacionalistas, suspeitos de estarem envolvidos com os movimentos de libertação. De acordo com um dos processos, “o MPLA mantinha um comité em Leopoldville [atual Kinshasa, na República Democrática do Congo], constituído por voluntários para assistência a refugiados, membros do exército popular de libertação de Angola, mulheres e estudantes nacionalistas”¹⁵.

Nas referências analisadas produzidas pelos representantes de um novo momento no sistema de ensino em Angola, não há menção às crianças que estavam inseridas nas lutas de libertação e mesmo sob controle e repressão da PIDE. As obras examinadas neste estudo, como será demonstrado, não fazem referência explícita à violência da guerra nem ao envolvimento de crianças nesse contexto. Esse silenciamento, longe de ser um simples detalhe, constitui um elemento significativo para a análise, revelando tanto os limites da representação quanto as estratégias narrativas mobilizadas para ocultar determinadas dimensões da experiência histórica. Naquele momento em que ocupavam cargos no regime colonial, conforme veremos mais adiante, suas funções eram registrar e oferecer dados das reformas e melhorias do sistema de ensino, como está nos discursos de dois representantes de propaganda da política educativa colonialista. Esse aspecto pode ser observado a partir da análise de

¹⁵ Cf. “Processo de Informação de ‘Crianças Nacionalistas Angolanas’. PIDE - PT-TT-PIDE-DA-C-1-11.25.C.29 - Torre do Tombo, Cf. <https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/9ef078f3cb144253bd4733e36a978563?isRepresentation=false&selectedFile=21638336&fileType=IMAGE> [acesso em 25.11.2024].



dois personagens centrais para a compreensão das condições educacionais em Angola durante o período de transição: José Pinheiro da Silva¹⁶ e Martins dos Santos¹⁷.

Durante o período em que José Pinheiro da Silva esteve à frente da Secretaria Provincial da Educação, foi convidado a redigir prefácios para obras de Martins dos Santos, destacando-se, nesse contexto, sua participação em *Patronos das Escolas de Angola* e *História do Ensino em Angola*. Posteriormente, na abertura de sua obra *Trincheiras de Paz Construídas em Clima de Guerra*, o autor retoma, em parte, as palavras anteriormente dirigidas a Martins dos Santos:

No domínio das relações entre europeus e povos de cor, não há [como] negar que somos os únicos com ideias e soluções inalteráveis desde os primórdios da nossa ação transmarina [...] fomos fazendo no terreno da educação e ensino onde quer que estanciámos. De facto, é no que se processa na zona da educação e ensino no ultramar que se deve apreender a essência das intenções do povo civilizador. [...] Promover a difusão da língua portuguesa, radicar hábitos e atitudes, expandir a fé cristã, modificar os processos do cultivo da terra, ensinar fórmulas de convivência entre as gentes, diversas na civilização e na etnia, etc, constituíram e constituem pontos fundamentais da acção educativa nacional onde quer que se exerça¹⁸.

Como se observa nas suas palavras, o ideal colonialista mantinha o antigo projeto da política educativa colonial, sinalizando que as reformas se limitaram a criar mais escolas e mais vagas para tentar absorver a população no nível que já lhe era destinado, o ensino primário.

¹⁶ José Pinheiro da Silva, nasceu em Maiombe (Congo Belga), em 08 de maio de 1924, mestiço, filho de José Pinheiro da Silva e de Maria Boela. Formou-se em Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra. Foi Vogal da Comissão Distrital da União Nacional de Viana do Castelo (antes de 1961) / Professor do Ensino Secundário (1961); Funcionário do Quadro Administrativo de Angola (1961-65). Neste período assumiu como *Secretário Provincial da Educação de Angola*; assistente dos Estudos Gerais de Angola (1965). Cf. https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/s/silva_jose_pinheiro_da.pdf.

¹⁷ Martins dos Santos publicou várias obras que tratam da História e do Ensino em Angola: *A História de Angola* através dos seus personagens principais; *Assistência Sanitária em Angola*; *Liceu Salvador Correia*; *História do Ensino em Angola*; *Patronos das Escolas de Angola*, entre outros trabalhos. Tornando-se, em 1970, um dos principais prefaciadores e comentarista do trabalho de José Pinheiro da Silva à frente da *Secretaria Provincial da Educação* em Angola, dedicando a última parte de sua obra "História do Ensino em Angola às atividades deste Secretário, num item intitulado "O Último Lustro". Cf. SANTOS, Martins dos. *História do Ensino em Angola*. Angola: Edição dos Serviços de Educação, 1970.

¹⁸ SILVA, José Pinheiro da. *Trincheiras de paz construídas em clima de guerra*: subsídios para a história da educação em Angola (1964-1971). Miraflores, Algés: NEOS, 27/07/2010, p. 13-14. [Cf. <https://bibliografia.bnportugal.gov.pt/bnp/bnp.exe/registo?1788565> - acesso em 29.08.2025].



Ao pegar uma das obras de Martins dos Santos, “História do Ensino em Angola”, verificamos que a apresentação foi feita por José Pinheiro da Silva, confirmando suas palavras acima, datada de Luanda, dezembro de 1969. No Prólogo da obra, Martins dos Santos afirma que “sempre [teve] a preocupação de salientar a acção civilizadora de Portugal. Não houve a intenção de louvar e defender a maneira como se processou...”¹⁹. O último capítulo é dedicado a José Pinheiro da Silva, destacando os serviços por ele prestados, como uma síntese de sua trajetória no cargo. Em outra obra, Martins dos Santos reafirma sua admiração por Pinheiro da Silva, agora a contextualizando no processo de independência de Angola e no encerramento do projeto “civilizatório português” no país. Nesta reflexão, produzida em Braga no ano de 1998, ele reconhece que José Pinheiro da Silva assumiu o cargo durante as lutas de libertação sob determinadas obrigações e limitações impostas pelo momento histórico²⁰.

Para compreender melhor a função destes dois personagens nas reformas educacionais, na Angola daquele momento, é importante situar seus lugares na política colonial. Quais fatores levaram às suas designações específicas para esses cargos em um contexto marcado por tensões políticas e sociais? A análise de suas atuações permite compreender não apenas suas contribuições individuais, mas também as estratégias institucionais que moldaram o sistema de ensino colonial em meio ao processo de transição.

José Pinheiro da Silva assumiu a Secretaria Provincial de Educação em Angola em janeiro de 1964, ficando no cargo até 1971²¹. Tratava-se de uma personalidade que foi fruto das escolas implantadas pelo regime, tornando-se depois funcionário público da administração colonial. Observando seu lugar sociopolítico, percebe-se que estava posicionado entre os interesses do colonialismo, mas, também representava para o regime um mestiço adequado ao cargo num momento de muita tensão em Angola. Considerando-se a situação do momento das lutas de libertação, estrategicamente o regime designou um professor e intelectual mestiço para assumir a Secretaria Provincial de Educação, entre 1963-1970. Sua atuação e empenho para o desenvolvimento e expansão da educação

¹⁹ SANTOS, Martins dos. *História do Ensino em Angola*. Angola: Edição dos Serviços de Educação, 1970. p. 9-10.

²⁰ SANTOS, Martins dos. *Cultura, Educação e Ensino em Angola*. Edição Eletrônica. Braga, Portugal, 1998. p. 598.

²¹ José Pinheiro da Silva, “Luanda, Palácio do Governo-Geral de Angola. Tomada de posse de Pinheiro Silva, no cargo de Secretário Provincial da Educação de Angola”. RTP1. Cf. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/tomada-de-posse-de-pinheiro-silva/> [acesso em 28.08.2025].

portuguesa pelo território angolano, serviria para contribuir para “a consolidação de uma ‘Angola Portuguesa’ que resistisse e eliminasse as forças opositoras e independentistas”²².

Martins dos Santos, por sua vez, foi Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, tomando posse no cargo em 1970. Em 1971, observamos uma de suas atividades de visita a estabelecimentos de ensino na Guiné, do que se supõe que exercia mesmas atividades em Angola, devido as atribuições de seu cargo: visitar e acompanhar as atividades de estabelecimentos de ensino, de assistência médica, instituições religiosas, militares e observar o trabalho em várias localidades das “províncias ultramarinas”. Em suas visitas, Santos analisava a infraestrutura das escolas, conversava com diretores e professores, participava de eventos de construção de escolas e escutava os alunos sobre suas tarefas escolares, conforme se observa no vídeo de uma de suas visitas à Guiné²³.

A seguir, analisaremos algumas das atividades e ideias desses autores a partir de suas obras principais, considerando que ambos são reconhecidos até os dias atuais como referências centrais na história do ensino em Angola, tanto entre pesquisadores de Portugal quanto de Angola e do Brasil. Essa abordagem permite situar suas contribuições no debate historiográfico sobre educação colonial nos processos de transição para a independência.

O controle na “Batalha pela Educação” em Angola

A Secretaria Provincial da Educação foi atribuída a José Pinheiro da Silva em um momento crucial das lutas de libertação, não apenas em razão de sua posição como “salazarista convicto do Portugal pluricontinental e multirracial”²⁴, mas também devido à confiança da administração colonial em sua capacidade de implementar políticas educacionais alinhadas aos interesses do regime em um contexto de crescente mobilização social e contestação política. Junto com o cargo havia algumas obrigações que deveria cumprir para atender às necessidades do momento. Martins dos Santos tece elogios à

²² GOMES, Catarina Antunes. “O mito da portugalidade no ensino colonial: a história e a razão metonímica”. *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, 4 (8), 2014. p.127. Cf. <https://journals.openedition.org/mulemba/263> p.3.

²³ Cf. Vídeo: [29.03.1971 – Guiné, Rui Martins dos Santos, subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, visita estabelecimentos de ensino, assistência médica, religiosos, militares e trabalho em várias localidades, durante a sua visita à província ultramarina. Cf. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-rui-martins-dos-santos-a-guine/> [Som Mudo – acesso em 29.08.2025].

²⁴ GOMES, Catarina Antunes. “O mito da portugalidade no ensino colonial: a história e a razão metonímica”. *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, 4 (8), 2014. p.127. Cf. <https://journals.openedition.org/mulemba/263> p.3.



indicação de José Pinheiro da Silva, seu parceiro de atividades e ideias educativas no projeto dito civilizatório. Segundo Santos, ocupar um cargo naquele momento exigia determinados compromissos.²⁵

Outro dado importante para situar os porquês da preocupação de Pinheiro da Silva no cargo se deve a que, em 19 de dezembro de 1964, o regime salazarista organizou um Serviço de Estatística Geral, através do qual o Secretário Provincial da Educação, como outros em cargos de direção, tinha “a obrigação de elaborar e manter actualizadas todas as informações relativas à estatística do ensino”. Este serviço estatístico tinha por objetivo reunir e controlar “os dados referentes às escolas, estudantes e aos professores no departamento especializado [vindo] a facilitar muito a consulta; as próprias autoridades se serviam dela, por mais fácil e rápida, mesmo quando podiam encontrar nos seus arquivos os elementos procurados”²⁶.

Em sua obra, Silva mantém fidelidade ao projeto educacional do regime colonial, detalhando uma série de investimentos destinados às reformas, ao desenvolvimento e à expansão do ensino em Angola. Segundo ele, o regime teria reconhecido a importância da educação no território, adotando uma postura renovada e realizando novos aportes financeiros. Em sua concepção, esses investimentos, realizados em paralelo aos destinados às forças militares, demonstravam o comprometimento do regime em equilibrar o desenvolvimento educacional com a manutenção da ordem e da autoridade colonial, pelas suas observações significava que o regime “acordou para os problemas das instituições de ensino”. E, tomando a apologia da guerra como referência, ele assume que seu trabalho tem a importância de uma “Batalha pela Educação”²⁷.

Em suas análises, José Pinheiro da Silva caracterizava o sistema de ensino em Angola como marcadamente lacunar e precário, apresentando, em determinados aspectos, condições que podem ser descritas como quase miseráveis, refletindo a insuficiência estrutural e organizacional herdada do modelo colonial: “o Liceu Paulo Dias de Novais deixou-me pesaroso: Luanda não merecia que um dos seus estabelecimentos de ensino médio, tendo como patrono o fundador da urbe, capital da Sala maior de Portugal, fosse

²⁵ SANTOS, Martins dos. *Cultura, Educação e Ensino em Angola*. Edição Eletrônica. Braga, Portugal, 1998. p.598.

²⁶ Idem.

²⁷ SILVA, José Pinheiro da. *Trincheiras de paz construídas em clima de guerra: subsídios para a história da educação em Angola (1964-1971)*. Miraflores, Algés: NEOS, 27/07/2010, p. 13-14. [Cf. <https://bibliografia.bnportugal.gov.pt/bnp/bnp.exe/registo?1788565>].



miserável, em todos os aspectos”²⁸. Para ele, era preciso investir num dos setores mais estratégicos para salvar o projeto colonial de unidade nacional portuguesa e a manutenção da chamada “Província” na educação em Angola. Em sua concepção, diante da ameaça dos “terroristas” em algumas áreas, foi imperativa a ação mais enérgica da política educativa portuguesa, particularmente nos espaços que ainda não estavam sob suas ações²⁹.

Pinheiro da Silva considerava que os anos de sua atuação foram os mais frutíferos para o setor educativo de Angola, pois receberam os maiores investimentos do regime. Para ele, a ação colonizadora já havia formado uma consciência nas populações, que viam vantagens na presença portuguesa: “[...] as populações de todas as étnicas tomam consciência da necessidade e vantagens da colaboração com o Estado na construção de edifícios escolares. [...] numa afirmação de sã consciência cívica e patriótica”³⁰.

Em trechos de seu relatório, observa-se que José Pinheiro da Silva concentrava sua atenção prioritariamente nas atividades da Secretaria Provincial, partindo da premissa de que a situação colonial poderia ser restaurada à normalidade. Esse enfoque desconsiderava, entretanto, as condições vividas pela população, que deram origem às revoltas e à luta armada, bem como as denúncias de violência sistemática, incluindo a exploração do trabalho forçado em estradas, na agricultura e em outras atividades compulsórias. Nos trechos do relatório publicados na obra “Trincheiras de paz construídas em clima de guerra” não há referências aos impactos da guerra de reação contra as lutas de libertação entre as comunidades. Não há referência à quantidade de jovens e crianças estudantes arregimentados para as lutas, também perseguidos pela repressão colonial³¹.

O enfoque de Silva enfoca apenas a obra educativa colonial em reforma, destacando suas próprias realizações, como a melhoria das escolas de ensino primário, o desenvolvimento das instituições de formação de professores, a criação de novas vagas em diferentes níveis de ensino, a expansão do acesso ao ensino superior e a implementação de novas estruturas da Mocidade Portuguesa. Desta forma, ele considerava que, entre os anos 1961 e 1975, foi um tempo de paz na política educativa em Angola, que, por sua vez, preocupou-se em investir no crescimento do setor. Para isso, ele organizou um relatório

²⁸ Idem, p.6.

²⁹ Idem, p.5-12.

³⁰ Idem, p. 21.

³¹ SILVA, José Pinheiro da. *Op. Cit.*



específico sobre os setores que receberam investimentos, em geral, representados por números e tabelas estatísticas, de modo a evidenciar o crescimento do setor, a criação de novas escolas, o aumento do número das matrículas, as novas vagas, as mudanças nas formas de acesso e permanência nas escolas e as reformas do sistema de ensino. Ignorava que uma grande parcela da população não tinha como participar das escolas, estavam sobrevivendo à guerra contra as lutas pela libertação.

Martins dos Santos, a outra fonte de referência da educação colonial desse período e um dos interlocutores de José Pinheiro da Silva, como destacamos acima, considerava que o sistema de ensino se movimentou de forma fecunda sob o trabalho de José Pinheiro da Silva. Entretanto, reconhecia que a década de 1960 teve problemas, escrevendo que foi “uma fase dura, mas fecunda”, porque provocou novos sentimentos de cuidados para com Angola: “muitos reacearam os resultados das campanhas contra nós. Pudemos aguentar-nos nove anos, e isso vem provar que poderemos aguentar-nos indefinidamente”.³² Para ele, a reação às lutas de libertação havia mesmo chegado a despertar o amor dos colonizadores por Angola:

Portugal passou a conhecer melhor as terras ultramarinas. Amamos agora mais as nossas províncias do ultramar, porque derramamos por elas o nosso sangue, foram regadas com o nosso suor, mereceram-nos os maiores sacrifícios e uma actividade que nunca havíamos desenvolvido. Portugal fez mais nestes anos do que fizera na Guerra da independência, na Guerra da Restauração, na Guerra Peninsular ou na Grande Guerra³³.

Santos reconhece que Portugal fora forçado a mandar milhares de soldados, contudo, “numa mão a espada e noutra a pena”³⁴. O resultado teria sido que “a presença portuguesa ficou mais sólida e melhor consolidada”³⁵. Da mesma forma que José Pinheiro da Silva, Martins dos Santos não faz nenhuma menção aos impactos negativos ou aos prejuízos causados pela guerra no setor da educação colonial. Pelo contrário, demonstra entusiasmo ao dissertar exclusivamente sobre o crescimento e a expansão das instituições educacionais, omitindo as condições precárias enfrentadas pela população e a realidade das práticas de exclusão e controle social que marcavam o sistema educativo naquele período. Essa

³² SANTOS, Martins dos. *História do Ensino em Angola*. Angola: Edição dos Serviços de Educação, 1970. p.281.

³³ Idem, p.281.

³⁴ SANTOS, Martins dos. *Op.Cit.* 1970, p.281.

³⁵ Idem, p.281.



perspectiva revela um alinhamento com a narrativa oficial do regime, priorizando a celebração de avanços administrativos em detrimento da análise crítica das consequências sociais do colonialismo, como pode ser percebido na citação a seguir:

o ritmo do progresso em Angola subiu a um ponto que os mais optimistas não eram capazes de prever. Em vez de ruínas, o enriquecimento; em vez de derrota, a vitória. [...] O desenvolvimento de Angola foi enorme nestes anos da guerra; o progresso verificado no aspecto escolar foi, talvez, o mais acentuado [...] caminha-se decididamente em frente [...] ³⁶.

Nessa linha de defesa da política colonial portuguesa, em tempos de reação às lutas pela libertação, Santos enfoca o investimento na educação como ação digna do projeto civilizatório, cujos objetivos seriam “dignificar as escolas e engrandecer seus agentes”. Previa dar um novo lugar de importância aos professores, que “não hão de continuar a ser sempre os eternos desconhecidos” ³⁷. Em sua concepção, no final de 1960, o Governo teria mandado aplicar em todas as províncias ultramarinas as alterações e os programas de ensino primário, aprovados em 28 de maio do ano. E, em abril de 1961, o Ministro Vasco Lopes Alves teria aumentado o número de professores primários de Angola, concedendo às missões os agentes de ensino de que tiveram necessidade, pagos pelo Estado. Também fora aumentado o número de regentes escolares, criando-se vários postos nos bairros periféricos de Luanda. O mesmo teria ocorrido em relação ao corpo de inspeção escolar. Em 1962, continua, teriam sido criadas novas zonas de inspeção em Luanda, Malanje, Sá da Bandeira, Nova Lisboa e Benguela. Nesse período, ele também destaca a publicação de um novo regulamento da Escola de Aplicação e Ensaios de Luanda, revogando-se uma portaria de 26 de março de 1938, quase 30 anos depois. Entre 1962 e 1963, foram criadas novas escolas do magistério primário, em Malanje e Luanda, depois em Silva Porto ³⁸.

Segundo seus registros, durante o período em análise foram criados diversos novos institutos, incluindo Industriais, Escolas Técnicas e Profissionais, Faculdade, Escolas de Música, entre outras, conforme detalhado em sua obra clássica. Entre 1962 e 1966, Martins dos Santos apresentou uma lista dessas instituições, destacando os Centros de Estudos

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem, p. 282-283.



Universitários, que estavam integrados à Universidade Portuguesa e subordinados às funções do Ministro do Ultramar, Adriano Moreira³⁹.

Além das referências às personalidades portuguesas que se tornaram patronos do ensino em Angola e daqueles que atuaram para sua nova dinâmica do sistema de ensino, Martins dos Santos não deixou de enaltecer a mobilização da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina, bem como dos Conselhos Provincial, das Cantinas Escolares e das Bolsas de Estudos, Passagens e Residências de Estudantes e de Intercâmbio Cultural, que foram objeto das atividades de José Pinheiro da Silva. Um dos exemplos que ele cita foi a instalação de um moderno e funcional edifício, construído para fins dos Serviços de Educação, e que teria tido repercussões nas comunidades escolares, durante março de 1969. No mesmo período, a Universidade de Luanda teria sido autorizada, passando a receber verbas para sua construção⁴⁰.

Outra ação reformista do regime colonial durante a luta de libertação, sob a direção de Pinheiro da Silva, deu-se com a criação de Escolas de Magistérios Primários, que também teriam recebido muitos incentivos financeiros para suas instalações em diferentes espaços de Angola. Para Martins dos Santos, era notória a importância que o setor ganhou no período, particularmente a ampliação das escolas primárias para a população, implantando-se também com urgência os cursos de formação de “Professores de Posto”⁴¹. Essas ações, destaca Martins dos Santos, atraíram um grande número de pessoas, denominadas por ele como “bem dentro da ideologia colonialista de nativos”, facilitando-se a obtenção do diploma de professor primário entre os nativos, mediante a frequência das escolas do magistério, e se o seu trabalho docente obtivesse boa classificação⁴².

Pelos dados estatísticos apresentados em sua obra, reafirmando os dados divulgados por Pinheiro da Silva, naquele momento já se contava com 13 escolas de habilitações de “professores de posto, frequentadas por centenas de alunos, cujos números não paravam de crescer”⁴³. Em 1968, teriam sido criadas mais três escolas de habilitação em Luanda, Benguela e Cabinda, sempre com atribuições de “patronos” para formação de professores de posto. Pelo perfil dos cursos, a função desses professores de posto era a de “ministrar os

³⁹ Idem, p. 288.

⁴⁰ Idem, p. 292-293.

⁴¹ Idem, p. 291-295.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.



primeiros rudimentos da cultura às crianças nas sanzalas”.⁴⁴ Nesse mesmo ano, foram publicados novos Regulamentos do Ensino Primário Elementar, acrescidos de assistência às crianças que indicavam cuidados e apresentavam problemas educativos, incluindo a criação de Fundos das Cantinas Escolares, mediante os quais foram “assistidos oito mil alunos com refeições”⁴⁵.

Seguindo na propagação dos avanços da política educativa, numa mesma perspectiva de abordagem de Pinheiro da Silva, Martins dos Santos afirma que tentou dar uma visão panorâmica e esquematizada da situação escolar de Angola, tomando como pontos de referência os anos de 1963 a 1964 e o momento atual [referindo-se à 1970, ano da sua obra].⁴⁶ Para ele, esses foram anos emblemáticos, destacando que o “Dr. José Pinheiro da Silva tomou conta da *Secretária Provincial da Educação*, em Luanda”. No momento que ele ingressou no cargo, diz Martins dos Santos, havia em Luanda 2.766 agentes de ensino dos quadros do Estado. No final do ano, ele já havia aumentado o quadro de agentes do ensino primário elementar para 3.259⁴⁷.

Por outro lado, Martins dos Santos reconhecia algumas fragilidades, pois, apesar dos investimentos, não se conseguia cobrir completamente a rede escolar da província para fazer face às exigências, precisando recorrer aos “monitores escolares, no suporte do ensino rudimentar para as crianças das mais pequenas sanzalas”⁴⁸. O fato mais marcante para ele era que “o governo português estava altamente interessado em apertar cada vez mais as malhas de uma rede escolar que abranja todos os recantos de Angola e se estenda a toda a sua população”⁴⁹. Além dos investimentos realizados no ensino primário, Martins dos Santos relatou que atenção também foi dedicada ao ensino secundário, bem como à expansão do ensino superior, especialmente no período entre 1967 e 1968, destacando a criação de novas oportunidades educacionais dentro do contexto colonial⁵⁰. Contudo, ele deixou de registrar que em relação às populações, os limites da reforma ficavam no ensino primário de rudimentar para elementar, com pouca chance das populações atingirem os níveis secundários, menos ainda superiores, com raras exceções.

⁴⁴ Idem, p. 295.

⁴⁵ Idem, p. 297.

⁴⁶ Idem, p. 293.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem, p. 296.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem, p. 301.



Por outro lado, Martins dos Santos reconheceu que todo esse investimento consistia em tentativas urgentes de cuidar de um setor que estivera negligenciado aos cuidados dos missionários, que não conseguiram avançar em suas missões. Ao final de sua obra, ele considerava que a ação missionária, tão propalada no projeto civilizatório, teve “ação medíocre” com impactos negativos para o projeto civilizatório e educativo colonial:

A acção civilizadora realizou-se com finalidade apostólica e cultural. A fixação mais sólida e mais profunda apoiou-se sempre em actividades docentes e missionárias, em centros de difusão do ensino. Entre os séculos XVIII e XIX com relativo abandono da acção missionária. As iniciativas escolares careciam de vigor intrínseco para poder sobreviver. Morreram cedo ou arrastaram-se uma existência que nunca saiu da mediocridade. Nossa acção civilizadora contou com momentos de decadência, atingindo crises de inercia e de incúria, entrou na penumbra do abatimento nacional⁵¹.

Em 1970, momento de publicação de sua obra, *História do Ensino em Angola*, podemos perceber que Martins dos Santos acreditava que Portugal conseguiria resolver a crise, dados os novos investimentos na educação, considerada por ele como campo essencial para manter Angola parte de sua “Unidade Portuguesa”. Ele acreditava que a vitória viria muito mais pelo avanço da educação do que pelas armas:

Combate-se em Angola, neste momento, por uma causa justa. Luta-se também contra o monstro terrível da ignorância e do atraso social. A vitória das armas foi sempre ocasional, momentânea. [...] a vitória portuguesa será consolidada pela acção dignificante e meritória das nossas escolas, ficar-se-á devendo às nossas instituições de cultura, será boa parte cimentada e fertilizada pelo esforço, dedicação, espírito de sacrifício, desprendimento e abnegação da classe docente [...]⁵².

Ao longo da obra, percebemos que ele via as escolas como espaços de reordenação e de preparação dos combatentes pela defesa de Angola na “Unidade Nacional Portuguesa”.⁵³ Sua abordagem tinha por meta enaltecer as reformas educativas coloniais e atender às determinações do momento. Neste sentido, terminou por minimizar os problemas do ensino colonial praticados por Portugal no âmbito da política assimilacionista e deixou de focar os espaços e agentes escolares atingidos pela guerra contra as lutas de libertação. Ele também não comenta o surgimento dos “Centros de Instrução Revolucionária (CIR)” do MPLA, nem as “Campanhas de Alfabetização”, promovidas pelos movimentos de libertação para formação

⁵¹ Idem, p. 303.

⁵² Idem, p. 304.

⁵³ Idem.



da consciência política e nacional angolana⁵⁴, que atuaram paralelamente às reformas coloniais. Obviamente, devemos levar em consideração que seu lugar enunciativo, assim como o de Pinheiro da Silva, era o de promotor da política educativa colonial portuguesa. Além disso, como já sinalizamos nas considerações iniciais, o próprio Martins dos Santos, anos mais tarde (1998) faria declarações justificando os porquês dos cargos e incumbências que receberam para o campo do ensino naquele momento.

A seguir, analisaremos alguns trechos da obra *“Trincheiras de Paz Construídas em Clima de Guerra*, publicada em 2010 pela editora NEOS, em Miraflores, Algés, Portugal”, de José Pinheiro da Silva. A obra apresenta-se com o perfil de um relatório das atividades exercidas por Silva enquanto Secretário Provincial da Educação, detalhando uma série de ações implementadas e acompanhadas de dados estatísticos sobre os espaços escolares, que ele denominava como “espaços de paz” na guerra. Para o autor, tais espaços representavam, sobretudo, locais de esperança e de desenvolvimento educacional, conforme será detalhado nas seções seguintes, embora essa perspectiva não aborde as limitações e os impactos sociais do contexto de conflito.

“Trincheiras de paz construídas em clima de guerra”⁵⁵

Conforme veremos nesta seção, a obra *Trincheiras de paz construídas em clima de guerra*, de José Pinheiro da Silva, caracterizasse muito mais em um relato de suas funções e experiências à frente da Secretaria Provincial da Educação, no qual descreve em particular as mudanças que implementou no setor. Segundo Isaac Pedro Vieira Paxe, é importante considerar, de forma preliminar, que ele representava o pensamento de um “nacionalista” voltado para a exaltação da “portugalidade”, por meio da qual defendia

uma concepção de educação assente no princípio da exigência da mesma língua e no princípio da unidade do ensino. Ou seja, “que se eduque um Cuanhama (povos nativos de Angola que habitam o Sul e sudeste de Angola e a região do norte da Namíbia)

⁵⁴ Os *Centros de Instrução Revolucionária* foram “escolas” improvisadas pelo MPLA para alfabetização, formação política-ideológica e militar dos quadros do movimento nos espaços sob o controle. *Projecto do Centro de Instrução Revolucionária (CIR)*. Arquivo Lúcio Lara. Cf. <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0070000024> [acesso em 08.12.2024].

⁵⁵ SILVA, José Pinheiro da. *Trincheiras de paz construídas em clima de guerra: subsídios para a história da educação em Angola (1964-1971)*. Miraflores, Algés: NEOS, 27/07/2010.



fundamentalmente da mesma forma que se educa um minhoto (branco português da região do Minho, em Portugal)⁵⁶.

José Pinheiro da Silva considerava que “este princípio se fundava tanto nas necessidades de continuidade das tradições, cultura e coesão da pátria, como na ideia de aculturação e assimilação com o objetivo da consecução do ‘homem português’ para além do étnico”.⁵⁷ Crente na vitória portuguesa sobre o conflito que se iniciou em 1961, ele traçava um panorama grandioso dos espaços escolares visitados, propagando-os como “trincheiras de paz” no clima da guerra e enaltecendo o campo da educação como um setor de maior potência de combate e conquista que o militar.

Em sua obra, observa-se um esforço contínuo para projetar a imagem de uma nova realidade educacional em Angola. Embora Silva não negue a precariedade do sistema até o início da década de 1960, ele busca apresentar soluções para os problemas identificados, descrevendo, de forma detalhada, as ações corretivas implementadas e a sequência de medidas adotadas para reforçar a eficiência e a expansão do ensino colonial. Seu enfoque era o de dar visibilidade à sua contribuição à frente da Secretaria naquele momento de tensão. Para isso, relatou as visitas aos espaços escolares, a identificação dos problemas e as soluções dadas. Silva reconhece que suas ações refletem estratégias deliberadas do regime nos espaços escolares, legitimando a manutenção de Angola sob o domínio colonial português. Sua obra evidencia claramente a crença de que as reformas educativas funcionavam como instrumento de reorganização da política “civilizatória”, assegurando o ensino da língua, da história e a promoção de valores voltados à formação do patriotismo português, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Boletim Oficial de 1964⁵⁸.

Assim que assumiu a Secretaria Provincial da Educação, Pinheiro da Silva teria dado início a uma série de viagens a espaços escolares para um diagnóstico e planejamento das ações nesse setor e os enumera na obra. Destacando o volume de investimentos no período, associa tais aplicações às novas condições de acesso da população às escolas em todos os níveis; à construção de novos prédios e reformas dos que já existiam; à formação e contratação de professores; ao investimento em novos cursos de formação de professores

⁵⁶ PAXE, Isaac Pedro Vieira. *Políticas Educacionais em Angola: desafios do direito à educação*. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação), 2014, p. 48.

⁵⁷ SILVA, *Apud* PAXE, 2014, p. 48.

⁵⁸ PAXE, Isaac Pedro Vieira. *Op. Cit*, 2014, p. 49-50.



do posto; à reformulação dos currículos com a oferta de novos cursos de ensino técnico, médio e superior; às bolsas de estudos; às residências estudantis e condições de permanências nas escolas, com a ampliação das cantinas; ao ajuste nos horários dos cursos, com a promoção de cursos noturnos para os que trabalhavam e não viam condições de frequentar as escolas; e, principalmente, às grandes mudanças ocorridas nas instituições de Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina.

Todos esses investimentos, como será demonstrado a seguir a partir de suas próprias palavras, foram apresentados como essenciais para consolidar os espaços escolares, sobretudo nas comunidades ainda não alcançadas pelos chamados “terroristas”. A urgência em mobilizar estudantes revela a intenção de formar sujeitos segundo a cartilha do nacionalismo português, evidenciando o caráter ideológico e estratégico do ensino colonial no contexto das lutas de libertação. Para ele, “Portugal executou ações enérgicas e urgentes para preparação de jovens que deveriam resistir e ajudar a manter a Província de Angola”, a exemplo dele mesmo, que teria sido produto daquele ensino. Em 1963, ele participou da inauguração dos Estudos Gerais da Universidade de Luanda, destacando que teria sido ex-aluno do Liceu Salvador Correia, por três ciclos⁵⁹.

Em outras viagens, ele declarava estar, particularmente, interessado em “conhecer o melhor possível como se movia a vida da educação e ensino na capital, a fim de fazer outro tanto em relação a toda a Província”,⁶⁰ sob a administração do Governador-Geral Silvino Silvério Marques. E mesmo quando reconhece que há algum clima de guerra, denominado por ele como “o clima da cloaca”, considera a presença da polícia no espaço educacional como ato de sensatez, admirável:

A Casa Pia era, curiosamente, dirigida pela Polícia. Devo confessar que fiquei vivamente admirado da sensatez usada na direção da Casa de educação das crianças e adolescentes desvalidos luandenses. Etnicamente integrada, era exemplo vivo e convincente do que pretendia fazer relativamente aos internos dependentes da Secretaria Provincial da Educação⁶¹.

Na sequência, José Pinheiro da Silva relatou suas visitas às escolas dos distritos de Huambo e Benguela, seguindo posteriormente para o Cuanza-Sul. Nesse momento,

⁵⁹ SILVA, José Pinheiro da. *Trincheiras de paz construídas em clima de guerra: subsídios para a história da educação em Angola (1964-1971)*. Miraflores, Algés: NEOS, 27/07/2010. p. 6.

⁶⁰ SILVA, José Pinheiro da. *Trincheiras de paz construídas em clima de guerra: subsídios para a história da educação em Angola (1964-1971)*. Miraflores, Algés: NEOS, 27/07/2010. p. 09-10.

⁶¹ Idem, p. 11.



menção a necessidade de conhecer a C.A.D.A. (Companhia Angolana de Agricultura), devido à sua reputação de práticas preconceituosas, evidenciando preocupações tanto com a gestão educacional quanto com a interação entre instituições coloniais e a população local. Em seguida, ele nega sua fama de racismo. Segundo ele, o espaço tinha “escolas destinadas aos filhos do pessoal nativo, a mão-de-obra dos cafeeiros e bons professores bem-preparados”⁶².

Pinheiro da Silva também relata que precisou se deslocar repetidamente ao Cuanza-Sul com o objetivo de apaziguar as relações entre diferentes “etnias”, promovendo palestras dirigidas às autoridades “nativas” e responsáveis pela educação. Segundo ele, essas ações eram especialmente necessárias em regiões onde o conflito estava mais intenso, como Uíge, Zaire, Cuanza-Norte e Luanda, evidenciando o esforço da administração colonial em manter a ordem social e a hegemonia política por meio da mediação educacional e da intervenção direta nas comunidades.⁶³ Nesses locais, e noutros, ele não esquecia os “símbolos da nossa gesta da ocupação do território da Angola lusa [...] nem os lugares famosos. Não podendo fazer por terras, foi por via fluvial que se fez algumas visitas”⁶⁴.

Em outras visitas a escolas e comunidades, Silva relata que chefes locais solicitavam a presença de professores “brancos”, por considerarem que falavam melhor a língua portuguesa. Ele, entretanto, buscava desviar tais pedidos, enfatizando a importância de professores pertencentes às “etnias locais”, argumentando que estes eram os mais capacitados para atender às necessidades educacionais da comunidade. Outro fato que lhe chamou atenção nessas visitas, foi a existência de crianças mestiças, filhas de soldados brancos, sugerindo acolhimento dessas crianças, por serem “efeitos colaterais do colonialismo”. Segundo ele, era preciso pensar em uma escola destinada aos filhos das três “etnias” que cresciam em condições precárias e seriam “provavelmente presas fáceis dos movimentos terroristas”⁶⁵.

Em relação à infraestrutura das escolas visitadas, Silva observa que muitas apresentavam problemas significativos e necessitavam de reparos urgentes, uma vez que as aulas eram interrompidas durante as chuvas, comprometendo o funcionamento regular do

⁶² Idem, p. 6-7.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem, p. 8.

⁶⁵ Idem, p. 11.



ensino e evidenciando as limitações materiais do sistema educacional colonial. Cita, entre outros espaços, o caso de Calulo, que ele considerava uma linda vila do Cuanza-Sul e no distrito de Moçâmedes: “Na cidade de Gabela foi preciso construir de raiz um edifício para a escola Industrial e Comercial, porque a que existia encontrava-se em ruínas...Sucedeu-se o mesmo com a escola de Artes e Ofícios de Pereira d’Eça”⁶⁶.

Da mesma forma, visualizou problemas nas *Escolas de Habilitação de Professores do Posto*, que o preocupou devido às necessidades de cuidados com essas escolas por serem a base para o trabalho de preparação das populações “nativas”. Disse que chegou a visitar todas as escolas administradas pelo Estado ou pela Igreja e considerava que estavam em condições muito precárias no campo da atenção aos estudantes, já que havia “péssimo regime alimentar: a culinária nativa era a única utilizada, em especial a regional, porquanto todos os alunos eram da mesma região, motivo de desgosto por contrário ao interesse nacional”⁶⁷. Em sua avaliação, Silva considerava que essa situação não era vantajosa para Portugal, uma vez que a culinária nacional — a metropolitana — deveria ser adotada como referência, por representar um elemento de integração da cultura portuguesa junto às diferentes “etnias”. Ele reconhece, entretanto, que tal opção implicava custos mais elevados, revelando a prioridade atribuída à imposição cultural como instrumento de coesão e legitimação do domínio colonial⁶⁸. Apesar dessas observações, ele não estabelecia relação com o conflito armado, considerando que os problemas do ensino primário atingiam diretamente a população envolvida nas lutas pela libertação.

Para José Pinheiro da Silva, por outro lado, se foram detectados problemas, que estariam sendo sanados, recebendo sob sua administração atenção e bons investimentos. Atenção essa que “continuou em ritmo acelerado e seguro entre os anos de 1965-66” diante do clima anticolonial.⁶⁹ Somente no ano de 1965, ele registrou 372 escolas primárias construídas, distribuídas em toda a Província, sob trabalhos das missões católicas e das reformas, além do acréscimo de 920 professores de ensino primário, 68 agentes de ensino para os liceus e 79 para o ensino técnico⁷⁰. Silva relata que, no ano de 1964, foram construídos dois liceus, localizados em Moçâmedes e Malanje, bem como as Escolas Técnicas

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Idem, p.11-12.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Idem, p. 17-18.



de Sá da Bandeira, Lobito, Malanje e Novo Redondo, além da inauguração do edifício da Escola Técnica de Benguela. Esses investimentos resultaram em um aumento anual de gastos com educação na ordem de 50.000 contos, evidenciando o esforço da administração colonial em expandir a infraestrutura escolar, ainda que direcionada a uma parcela restrita da população.⁷¹ Além da ampliação da infraestrutura predial e do aumento dos recursos humanos para a educação colonial, haviam sido ampliadas as vagas para todos os níveis escolares: “de Cabinda a Luanda um vento renovador e fecundo que [sopraram] pelas escolas lusíadas de Angola”⁷².

Considerando-se as observações do Lawrence Henderson,⁷³ por outro lado, a grande maioria das crianças “nativas” em idade escolar dependiam dos trabalhos das missões, que eram as responsáveis pelo ensino básico e rudimentar. Também segundo Henderson, nos anos dos enfrentamentos, as missões foram bastante atingidas, principalmente as protestantes, consideradas subversivas pela própria polícia portuguesa, conforme conta.

Analisando a obra de Pinheiro da Silva, a forma como está estruturada em dados estatísticos, num formato de relatório sobre os financiamentos, as mudanças e, principalmente, o volume de informações produzidas naqueles anos, e considerando as palavras de Martins dos Santos anos mais tarde (1998), o que se tem é a execução de uma “obrigação” que recebeu do regime diante da pressão interna e externa para manutenção da *Unidade Nacional Portuguesa*, incluindo seus espaços ultramarinos. Obviamente, para evitar a perda de Angola, uma das províncias ultramarinas mais importantes do dito império português, travou-se uma batalha para melhorar as condições do ensino em Angola, com investimentos vultosos e em ritmos acelerados, que se observava

de Cabinda a Luana um vento renovador e fecundo sopra pelas escolas lusíadas de Angola. Mas, para além do fomento acelerado das construções escolares, da cuidadosa preparação técnico-pedagógica dos professores dedica-se particular carinho à formação portuguesa dos corpos docentes e discentes⁷⁴.

Entre os anos 1965 e 1966, José Pinheiro, mais uma vez destaca os investimentos realizados através da concessão de verbas, destinados a ampliar as atividades da *Mocidade*

⁷¹ Idem, p. 18-19.

⁷² Idem, p. 16.

⁷³ HENDERSON, Lawrence W. “A transição de ‘Colônia para Estado Independente’ (1961-1974)”. In: *A Igreja em Angola*. Lisboa: Editorial Além-Mar, 1990. p. 300-371.

⁷⁴ SILVA, José Pinheiro da. *Trincheiras de paz construídas em clima de guerra: subsídios para a história da educação em Angola (1964-1971)*. Miraflores, Algés: NEOS, 27/07/2010. p. 16.



Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina, que teriam avançado nas atividades sob os investimentos do Secretário Provincial da Educação. Para ele, a *Mocidade Portuguesa* teve amplo destaque no período, particularmente atuando nas escolas angolanas, com incremento também nas atividades desportivas, promovendo “Jogos Luso-Brasileiros e a construção de uma piscina Olímpica, em Luanda”.⁷⁵ A lista de melhoria era grande em seus relatos. Além desses investimentos, o regime “melhorou as condições de vida e trabalho dos lares dos estudantes, ampliando o número de bolsas de estudos, dando subsídio de estudos, cantinas escolares e também a construção de uma Pousada de Juventude de Luanda, na Ilha desta cidade”⁷⁶.

De janeiro de 1967, José Pinheiro da Silva destaca a “Batalha do Ensino”, com a criação dos Institutos Industriais e Comerciais e dos Estudos Gerais Universitários, dando uma nova dimensão ao ensino em Angola. Nesse momento, segundo ele, somar-se-iam 3.724 estabelecimentos, 8.647 professores e 327.234 alunos.⁷⁷ Nestes dados não há uma especificação do lugar social ou econômico desses alunos, se “nativos” ou colonos. Contudo, suas observações acerca dos cursos, e o fato de que, para terem acesso aos cursos médio e superior até então, era necessário ir para a Metrópole, é indicativo de que se tratava de filhos de colonos e/ou assimilados em condições de pagamentos dos estudos dos seus filhos:

Até bem poucos anos, todos os jovens que pretendessem complementar a sua formação secundária como qualquer curso médio e superior, eram forçados a sair da Província para ingressar, na Metrópole ou no estrangeiro, nos estabelecimentos de ensino da especialidade⁷⁸.

Em diversos trechos, Silva enfatiza que o atendimento prioritário do ensino pré-primário e primário foi reorganizado para atender aos alunos “nativos”, reconhecendo que a atuação das missões educativas, embora relevante em determinado período, apresentava lacunas que demandavam novos investimentos. Esses incrementos passaram a ser associados às atividades da Mocidade Portuguesa, masculina e feminina, com destaque para a formação de professores e inspetores, considerada estratégica para a atuação educacional nas comunidades. Como resultado, houve ampliação da oferta de escolas para

⁷⁵ Idem, p. 19.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem, p. 61.

⁷⁸ SILVA, José Pinheiro da. *Trincheiras de paz construídas em clima de guerra: subsídios para a história da educação em Angola (1964-1971)*. Miraflores, Algés: NEOS, 27/07/2010. p. 62.



diferentes localidades. Silva também reconhece, em alguns momentos, os impactos da guerra sobre a educação e identifica como protagonistas principais das intervenções a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina. Segundo ele, esses grupos seriam os que mais teriam contribuído para mudanças urgentes na educação, atuando em múltiplos setores e promovendo o aperfeiçoamento mental, físico e moral da juventude na província⁷⁹.

Contudo, do que já expomos sobre as razões do regime ter lhe dado o cargo num momento tão delicado, é de supor que tenha recebido instruções muito específicas sobre o tipo de registro a ser feito e os temas a serem evitados, principalmente diante da pressão externa e interna. De todo modo, logo na abertura da obra, ele reconheceu o estado “miserável” que algumas escolas se encontravam, incluindo uma que teria estudado e uma série de problemas que iam das poucas vagas em diferentes níveis para as populações, ausências de professores e de escolas primárias, de cantinas, de pátios de recreios adequados, etc. A partir daí ele se dedicou a relatar como foi cumprindo as tarefas para a qual fora designado, o que dá à obra um perfil de relatório dos tempos da Secretaria Provincial da Educação, sob sua responsabilidade.

Considerações Finais

Como vimos enfocando, durante os anos de reação portuguesa às lutas de libertação, o sistema escolar de Angola foi objeto estratégico de nova administração e direcionamento, recebendo maior investimento e ampliação. No entanto, estas não foram as únicas modificações no campo da educação das populações. Os movimentos de libertação, com destaque para o MPLA, também investiu na educação e formação da consciência histórica das populações para defender o projeto de libertação colonial:

Do outro lado da trincheira, o MPLA foi o movimento que melhor desenvolveu uma reflexão e uma prática voltadas para a educação. Na melhor tradição terceiro-mundista, a escolarização e a formação política foram associadas tanto nas bases da guerrilha quanto na retaguarda, em que se organizaram as escolas e internatos voltados para os guerrilheiros e para as crianças da população deslocada pela repressão colonial⁸⁰.

⁷⁹ Idem, p. 62-70.

⁸⁰ FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. “A Campanha Nacional de Alfabetização e a construção do Estado em Angola, 1975-1980”. *Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1-34, 2022. DOI:



Outro dado importante que devemos refletir, acerca das condições escolares das populações durante o confronto, diz respeito às escolas-missões religiosas atingidas pelos conflitos. Segundo Lawrence Henderson⁸¹, desde os primeiros conflitos de 1955, as missões tinham sido atingidas por questões entre os colonos e os bakongos. Ele conta que as missões protestantes também foram objeto de muita perseguição, especialmente, depois de 1957, com a instalação da Delegacia da PIDE em Angola, que passou a perseguir os suspeitos de insuflar as populações contra o regime. Com a eclosão da luta de libertação de 1961, os missionários passaram a sofrer com prisões, perseguições e expulsão da região. Alguns passaram a ser acusados de articulação com as atividades, com destaque para a União das Populações de Angola (UPA), além de outros movimentos. Além disso, Henderson ressalta que, em 1959, “a PIDE prendeu uma série de suspeitos de actividades subversivas em Luanda”. Na lista dos 55 acusados, havia 12 mulatos e 3 africanos católicos e 13 protestantes que viviam em Luanda⁸².

Com a pressão internacional, representada pelos debates e questionamentos do tipo de projeto civilizatório que Portugal empreendia em África, ocorreram modificações na sua forma de tratamento com as populações angolanas. A pressão internacional levou ao fim do *Estatuto do Indigenato*⁸³, que dividia a sociedade em indígenas e assimilados, declarando que todos deveriam ser considerados cidadãos. Com isso, ocorreram alguns reajustes no sistema de ensino desses grupos com a introdução do ensino de adaptação⁸⁴, ou seja, um ano a mais para preparação para novas séries, destinado aos negros angolanos para que tivessem acesso ao sistema disponível para todos no ensino elementar. A introdução do sistema de adaptação, por sua vez, revelava a precariedade do ensino primário anterior. O sistema de adaptação levou a administração portuguesa a estender o ensino primário para quatro anos, incluindo a etapa de adaptação. Acresce que, também depois de 1961, o MPLA e demais

10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.183713. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/183713>. Acesso em: 1 fev. 2025.

⁸¹ Henderson, L. *Op. Cit.*, 1990, p. 301.

⁸² Idem.

⁸³ “Decreto-Lei n. 43.893: Revoga o Decreto-Lei n. 39.666, que promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias de Guiné, Angola e Moçambique”. Ministério do Ultramar. *Diário do Governo*. 06 de setembro de 1961.

⁸⁴ Idem.



partidos começam a *Campanha da Alfabetização* da população, denunciando por vários manifestos o amplo número de analfabetos localizados nas comunidades⁸⁵.

Apesar dos dados estatísticos fornecidos por José Pinheiro da Silva, reafirmados por Martins dos Santos, do amplo investimento no ensino primário, entre 1962 e 1973, Angola chegou ao momento da Independência, com 85% (há quem diga 90%) dessa população em estado de analfabetismo⁸⁶. O que fica patente nessa situação é que os anos da guerra e da pressão externa provocaram a saída da inercia de Portugal no trato com as comunidades por eles discriminadas como “indígenas”. Contudo, eram ações emergenciais para implementar o sistema de ensino junto às populações africanas, diante da ameaça da perda de Angola. Diniz Kebanguilako lembra que, a partir de 1961,

teoricamente todos os angolanos, independentemente da raça, etnia, credo religioso ou formação acadêmica, passaram a ser considerados ‘Portugueses de Angola’. Porém, isso na prática não implicava uma igualdade racial ou cultural, pois, apesar da lei, as autoridades coloniais continuavam a não reconhecer e respeitar a diversidade cultural dos angolanos, antes pelo contrário, a lei impingia-lhes uma identidade alheia do ponto de vista cultural e histórico. O setor de educação conheceu grandes reformas que serviram, no entender do regime colonial, de um tampão aos ânimos nacionalistas. A partir daí começou o projeto ‘Levar a Escola à Sanzala’⁸⁷.

Nesse período das lutas pela libertação e da reação portuguesa é fato que ocorreram uma explosão escolar, pois foram criadas várias escolas primárias em quase toda a extensão do território e na maior parte das cidades, criando-se também escolas secundárias, mas de acesso muito limitado às populações em geral. Citando Laurentino Vieira, Kebanguilako afirma que se trata de uma atitude estratégica do regime colonial português para legitimar o colonialismo perante a situação que se vivia em Angola, no sentido de ganhar apoios externos e manter o “império”. Por trás de todo esse investimento estavam tentativas de manter os “supremos interesses econômicos do colonialismo, procurando criar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, através da educação”⁸⁸.

⁸⁵ FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. “A Campanha Nacional de Alfabetização e a construção do Estado em Angola, 1975-1980”. *Revista de História*, São Paulo, n. 181, p. 1-34, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.183713. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/183713>. Acesso em: 1 fev. 2025.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ KEBANGUILAKO, Dinis. *A educação em Angola: sistema educativo, políticas públicas e os processos de hegemonização e homogeneização política na Primeira República: 1975-1992*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016, p. 160.

⁸⁸ VIEIRA (2007) *Apud* KEBANGUILAKO, Dinis. *Op. Cit.*, 2016, p. 161.



Do que se observa até aqui é que a situação dos jovens diante da guerra e das lutas de libertação, não aparecem nas estatísticas das reformas educativas deste período. Cláudia Maria Calmon Arruda destaca que a morte dos jovens que faziam parte dos movimentos eram utilizadas como ensinamentos na formação moral de militantes do MPLA⁸⁹. Essa abordagem está presente nos documentos do partido, a exemplo da I Assembleia da III Regional do MPLA, e outros manuais escolares [1969]. A meta era lembrar ao povo como a morte tomou conta da juventude angolana com a guerra, tornando emblemático seu impacto entre os jovens do país. Isso indica que havia uma massa de jovens fora da “paz das escolas”, cujos dados do amplo investimento da educação do regime colonial desconhecia. Nesse caso, cabe aos pesquisadores do tema mapear quais escolas avançaram e a que comunidades pertenciam e se questionar: as reformas tenderam a que crianças e jovens? Mesmo as escolas de *Mocidade Portuguesa* sofreram impactos com o retorno de muitos portugueses para a Metrópole quando eclodiram as lutas.

Ou seja, com o fim do Estatuto do Indigenato, abriu-se mais vagas para seu acesso às novas escolas do Estado, contudo, já eram tempos das lutas de libertação e de combate ao projeto colonialista. Muitos jovens estudantes estavam inseridos nas lutas, arregimentados por todos os lados, pelas forças colonialistas e pelos três movimentos de libertação. E, mesmo para os que estavam em espaços onde os conflitos ainda não tinham chegado, o analfabetismo continuou uma realidade⁹⁰.

De acordo com Isaac Pedro Vieira Pax⁹¹, o direito à educação para o reconhecimento da cidadania portuguesa continuou uma luta pela aquisição por parte dos angolanos. Com os novos regulamentos, em que as reformas foram sentidas, eles continuaram no nível de ensino rudimentar/elementar, que ganhou nova organização por uma classe preparatória (fase de adaptação) para os alunos de 7 a 9 anos; e mais três classes ascendentes (primeira classe para alunos de 8 a 11 anos; segunda classe para 9 a 12 anos; e terceira classe para 10 a 14 anos), correspondendo cada uma a um ano, perfazendo um total de 4 anos. Na sua composição interna, manteve-se o objetivo para o preparo da leitura, cálculo e trabalho, agora de acordo

⁸⁹ ARRUDA, Cláudia Maria Calmon. *Ensino de História e Política em Angola (1950-1978)*. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro, UERJ, Faculdade de Educação, 2019. p. 97.

⁹⁰ PAXE, Isaac Pedro Vieira. *Políticas Educacionais em Angola: desafios do direito à educação*. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação), 2014.p. 48. p. 57.

⁹¹ PAXE, Isaac Pedro Vieira. *Políticas Educacionais em Angola: desafios do direito à educação*. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação), 2014.p. 48. p. 57.



com a idade, mas o conteúdo se repetia de um ano para o outro na busca do domínio da língua portuguesa e da preparação para o trabalho.

Para Isaac Paxe, as mudanças escolares, onde foram sentidas, modificaram pouco as condições dos jovens da população de Angola para aquisição da cidadania portuguesa, uma vez que ela está muito ligada aos níveis avançados de educação que os povos locais não conseguiam chegar, limitados ao ensino rudimentar/elementar, desconstruindo os discursos dos novos Regulamentos (1954, art. 4º), pelo qual o Estado colonial declarava promover

por todos os meios o melhoramento das condições materiais e moral da vida dos indígenas, o desenvolvimento da aptidão e faculdades naturais, e de maneira geral, a sua educação pelo ensino e pelo trabalho para transformação dos seus usos e costumes primitivos, valorização da sua atividade e integração ativa na comunidade, mediante acesso à cidadania⁹².

Os doutrinadores da política educativa, que fizeram referência a Angola neste período, reafirmam que esse foi um período altamente dinâmico no setor. Produziram-se muitas fotografias e notas nos jornais propagando o investimento no setor educativo de Angola, com imagens da construção de novas escolas, liceus e faculdade, novas salas de aulas, mais professores e alunos. Do outro lado, registros da PIDE propagavam destruição de escolas promovidas pelos subversivos. Estas imagens eram usadas como prova de atos “terroristas” dos movimentos independentistas de Angola, que estariam atuando contra o regime colonial português⁹³. A esse respeito, Achille Mbembe chamou atenção para um fenômeno parecido em Camarões, quando, após a independência, o país adentra em uma guerra civil, e cujos opositores eram rotulados de “terroristas”, em um claro uso estratégico para esvaziar os ideais morais e políticos dos que se colocavam contra a ditadura que se formou⁹⁴. Assim, se legalizou a perseguição, o silenciamento e as mortes:

Essa luta armada, inicialmente dirigida contra a metrópole colonial, mas que ganhou as características de uma guerra civil após a proclamação formal da independência em 1960, foi ridiculamente rotulada como ‘terrorismo’ por nosso governo, que entendia assim negar a ela qualquer significado moral e político. Com isso, ele pôde suspender a lei, proclamar um estado de emergência permanente, a fim exatamente de vencê-la através de meios extraleais. Para apagar da memória da nação os

⁹² Idem, p. 46.

⁹³ ÁLBUM de fotografias. *Relatório anual do Governo do Distrito do Zaire*, 1962. Cf. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4563802> [acesso em 03.11.2024],

⁹⁴ MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. pp. 33-56.



eventos ligados à luta pela independência, os nomes dos principais protagonistas do movimento nacionalista foram banidos do discurso público⁹⁵.

Em suma, os impactos das guerras na política educativa colonial constituem um campo a ser aprofundado, pelas amplas possibilidades de abordagens, de documentação e de problemáticas. De um lado, visualizam-se as políticas de investimento dos espaços escolares revitalizados como campo estratégico de formação para manutenção da dominação de Portugal em Angola. Do outro lado, também se tornaram espaços de controle e repressão de professores, alunos e administradores. Por fim, nos dois trabalhos centrais que enfocamos, há um relativo silenciamento sobre as destruições do conflito armado, dos bombardeiros e ataques aos espaços escolares, a perseguição a professores e alunos. Não se fala dos processos de arregimentação de crianças e jovens para a guerra de repressão às lutas. Por fim, não há registro das atividades de combate ao analfabetismo e a formação da consciência histórica e nacional promovida pelos movimentos de libertação, a exemplo dos Centros de Instrução Revolucionária (CIR) criados pelo MPLA para alfabetização, formação político-ideológica e de guerrilha⁹⁶. E que correspondem a uma outra situação do ensino em Angola durante as lutas e a reação, numa perspectiva anticolonial, ainda muito lacunas na historiografia do ensino em Angola, neste período de transição do colonial para o nacional.

⁹⁵ Idem, p. 39-40.

⁹⁶ CIR – Centro de Instrução Revolucionária. Cf. <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0248003003> [acesso 03.11.2024].



Referências Bibliográficas

- ÁLBUM de fotografias. Relatório anual do Governo do Distrito do Zaire, 1962. Cf. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4563802> [acesso em 03.11.2024].
- ARRUDA, Cláudia Maria Calmon. Ensino de História e Política em Angola (1950-1978). Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro, UERJ, Faculdade de Educação, 2019.
- FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. "A Campanha Nacional de Alfabetização e a construção do Estado em Angola, 1975-1980". Revista de História, São Paulo, n. 181, p. 1-34, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.183713. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/183713>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- GOMES, Catarina Antunes. O mito da portugalidade no ensino colonial: a história e a razão metonímica. Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais, 4 (8), 2014. p.127. Cf. <https://journals.openedition.org/mulemba/263>.
- HENDERSON, Lawrence W. "A transição de 'Colônia para Estado Independente' (1961-1974)". In: A Igreja em Angola. Lisboa: Editorial Além-Mar, 1990. p. 300-371.
- KEBANGUILAKO, Dinis. A educação em Angola: sistema educativo, políticas públicas e os processos de hegemonização e homogeneização política na Primeira República: 1975-1992. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- MBEMBE, Achille. Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- NASCIMENTO, Washington Santos. Gentes do Mato: os 'novos assimilados' em Luanda (1926-1961). Tese (Doutorado em História). São Paulo, USP, 2013. pp. 18-19.
- PAXE, Isaac Pedro Vieira. Políticas Educacionais em Angola: desafios do direito à educação. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação), 2014.
- SANTOS, Martins dos. Cultura, Educação e Ensino em Angola. Edição Eletrônica. Braga, Portugal, 1998.
- SANTOS, Martins dos. do Ensino em Angola. Angola: Edição dos Serviços de Educação, 1970.
- SILVA, José Pinheiro da. Trincheiras de paz construídas em clima de guerra: subsídios para a história da educação em Angola (1964-1971). Miraflores, Algés: NEOS, 27/07/2010.
- TJIPILICA, Palmira Vicente José. O Estatuto do Indigenato: discriminação e assimilação nas colônias portuguesas da África continental (1875-1975). Coleção: Biblioteca da História. Editora Mayamba, 2022.



The 'battle for education' during the Angolan liberation process (1961-1975)

Abstract: This paper examines the reforms of the colonial education system during Angola's liberation process, between 1961 and 1975, from a colonialist perspective. Throughout the text, we seek to address how the education system was subject to reforms within the Estado Novo's educational policy, strategically aimed at winning the public's support for the Portuguese civilizing project in Angola, through education. Beyond seeking support from the Angolan population, the reforms aimed to gain international approval for their colonialist project, given the pressure and criticism they leveled at Portuguese colonialism in Africa. To this end, we analyze two classic works that specifically highlight the reforms of this period, recording them as if Angola had not been subjected to the violence of the Portuguese war against the liberation struggles. One promotes the reforms as promoting "trenches of peace in a climate of war"; the other addresses the education system from an evolutionary perspective, reaffirming that the reforms demonstrated how "Angola's development was enormous during these years of war." At the same time, the leaders of the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) also established schools in areas reclaimed from colonial rule, investing in literacy and the formation of national consciousness for the liberation process. However, discourses promoting the success of colonial education ignored the implementation of anti-colonial education that was also developing, preparing Angola for liberation.

Keywords: Colonialism, Education, Liberation Struggles, Angola.

Recebido: julho/2025

Aprovado: novembro/2025.